



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

VIOLÊNCIA, HOMOFOBIA E EDUCAÇÃO

Antoniél dos Santos Gomes Filho³⁴⁷

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo discutir como a violência e homofobia são questões que estão na estrutura da sociedade brasileira, e como estas questões adentram aos espaços escolares marcados assim como a sociedade, pela heteronormatividade. No que tange os itinerários metodológicos, esse estudo caracteriza-se como qualitativo, uma vez que, utilizou-se de uma revisão bibliográfica juntamente com incursões autobiográficas para delinear as argumentações apresentadas. Considera-se que o espaço escolar é atravessado pela heteronormatividade, sendo assim um espaço onde se aprende as pedagogias da sexualidade, ou seja, construções históricas e sociais do que é ser homem ou mulher. Tais construções proporcionam violências e homofobia contra aqueles sujeitos que fogem as hétero-normas.

PALAVRAS-CHAVE: Violência. Crime. Homofobia. Educação. Escola.

INTRODUÇÃO

O presente estudo surge como um dos desdobramentos da investigação intitulada: *Travestis, Educação e Religiosidade Popular: um estudo comparado entre Juazeiro do Norte e Canindé no Estado do Ceará, Brasil*³⁴⁸; desenvolvido junto ao Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará-UFC, na linha de História da Educação Comparada-LHEC, sendo orientado pelo Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá.

Noutros estudos já publicados³⁴⁹ iniciei discursões sobre as relações de sexo, gênero e sexualidade no âmbito escolar, uma vez que, a instituição escolar pode ser considerada como um espaço de (re)produção das normas e regulações sociais construídas para os corpos, os comportamentos e os desejos, sendo estas nortadas pelos padrões heteronormativos. Percebemos que:

³⁴⁷ Mestrando em Educação Brasileira, vinculado à Linha de História da Educação Comparada, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (LHEC/UFC). Professor pesquisador do Núcleo de Estudos Comparados em Corporeidades, Alteridade, Ancestralidade, Gênero e Gerações (NECA-GE – UFCA/UNILEÃO/URCA/FJN) e do Laboratório Interdisciplinar em Estudos da Violência (LIEV – UNILEÃO). E-mail: antoniél.historiacomparada@gmail.com

³⁴⁸ Investigação financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2015-2017).

³⁴⁹ Gomes Filho, Medeiros e Jucá (2015); Gomes Filho e Jucá (2016) e Gomes Filho et al. (2015).



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

Quando a sexualidade é abordada na escola, geralmente, há um enfoque nas Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e nos meios contraceptivos, como se não existissem outras categorias mais urgentes a serem discutidas, como os estereótipos de gênero, o machismo e a homofobia. A questão do prazer e da violência não é abordada [...] (GOMES FILHO et al. 2015, p. 4).

Tal passagem nos aponta para uma problemática que diz respeito às formas como são discutidas as questões de gênero e sexualidade na escola. Em geral os diálogos com os discentes que envolvem temas como práticas sexuais e sexualidade são inseridas no campo da biologia, direcionando assim o assunto para questões que envolvem as patologias relacionadas com o sexo, as formas de contracepção, etc. Tais questões são de fundamental importância para o desenvolvimento de uma experiência e vivência sexual consciente e segura no âmbito da saúde, no que diz respeito ao esclarecimento sobre as formas de contaminação de DSTs, etc. Mas, para além dessa questão, o gênero e asexualidade agregam outras instâncias da vida, se alargam, e se entrelaçam no campo social, cultural, econômico e político. São nessas instâncias que problemas como a violência e a homofobia se instauram, tanto de modo individual como coletivo, sendo essas inter-relações muitas vezes silenciadas no espaço escolar.

A violência e a homofobia também estão no espaço escolar. Como foi possível perceber através de uma revisão de literatura (GOMES FILHO; JUCÁ, 2015) as travestis têm grandes dificuldades de permanecer nos espaços escolares por conta de uma série de violências simbólicas sofridas na escola, assim como em outros espaços sociais, que em muitos casos culminam em violências físicas³⁵⁰. Numa perspectiva mais abrangente Junqueira (2009, p. 17) afirma que: “Tratamentos preconceituosos, medidas discriminatórias, ofensas, constrangimentos, ameaças e agressões físicas ou verbais têm sido uma constante na vida escolar e profissional de jovens e adultos LGBT [Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais].”. Nesse sentido, percebe-se que a violência e a homofobia pode em algum momento permear as vivências e experiências educacionais dos/as LGBTs. Para além dos espaços educacionais a homofobia está presente no social, nas ruas das cidades e do campo, nas repartições públicas, nas empresas privadas, etc. É fato que além de violências simbólicas e econômicas a homofobia também se materializa em crimes contra LGBTs no Brasil, crimes que envolvem um requinte de crueldade muito alto³⁵¹.

Diante das questões apresentadas esse estudo tem como objetivo discutir como a violência e homofobia são questões que estão na estrutura da sociedade brasileira, e como estas questões

³⁵⁰ Para maiores informações sobre violência homofóbica no Brasil ver: Relatório de Violência Homofóbica no Brasil (2011, 2012, 2013), produzido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).

³⁵¹ Sobre crimes contra sujeitos LGBTs ver o site, Quem a homofobia matou hoje? <<https://homofobiamata.wordpress.com/>>, organizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) que cataloga notícias sobre crimes homofóbicos no Brasil.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

adentram aos espaços escolares, marcados fortemente por hétero-normas. No que tange os itinerários metodológicos, esse estudo classifica-se como qualitativo, tendo como base uma revisão de literatura. Destaque para teóricos como Ratton (2014) e Escobar (2001), nas discursões sobre violência e teorias do crime; Borrillo (2010) e Colling e Nogueira (2015) nas discursões sobre homofobia e Junqueira (2009) e Louro (2000) nas discursões sobre educação e suas interfaces com os temas apresentados.

O estudo está organizado em três seções além dessa introdução e considerações finais, a saber: 1 – Violência e Crime, onde é apresentada ao leitor uma breve discursão sobre algumas teorias do crime, sendo o crime compreendido como uma questão integrante da estrutura social; 2 – Homofobia, onde é apresentado sucintamente algumas definições, juntamente com alguns dados estatísticos sobre os crimes contra LGBTs no Brasil; e 3–Homofobia na escola, onde através de uma imersão autobiográfica (JOSSO, 2014), juntamente com a literatura delineio algumas questões sobre a interação homofobia-escola, e suas formas de ensino-aprendizado nesse espaço social.

1 - VIOLÊNCIA E CRIME

A violência e suas diversas faces tem sido uma das maiores preocupações da sociedade contemporânea. De acordo com Escobar (2001) o crime constitui uma das formas de violências, sendo este um fenômeno inerente das sociedades. Diversas são as causas e motivações para o crime. Nesse sentido, diversas são as teorias que se propõem explicar esse fenômeno social, tais como: a Teoria da Subcultura Delinquente; a Teoria da Ecologia do Crime e a Teoria do Rótulo, no qual apresento aqui sucintamente o olhar destas sobre o fenômeno social violência-crime.

Na teoria da Subcultura Cultura Delinquente o crime está correlacionado a formação de uma subcultura que forma-se num determinado grupo social. Em geral esses grupos congregam jovens de classes econômicas menos desfavorecidas. Uma vez que, esses sujeitos estão inseridos numa sociedade onde ideais como: inserção no mercado de trabalho, educação de nível superior, aquisição de bens materiais, etc. e não têm as mesmas condições sociais para angariar tais ideais, criam subculturas delinquentes para conseguir o status e tais ideais difundidos socialmente (Id.).

Na teoria da Ecologia do Crime os pontos observados para tecer explicações sobre as motivações para o crime são correlacionados as questões geográficas. Assim o “ponto fundamental desta teoria relaciona-se ao seguinte argumento: as características sociais e ambientais de áreas urbanas centrais de baixa renda favorecem ou produzem altas taxas de criminalidade.” (RATTON,



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

2014, p. 593). Soma-se a tais questões a ausência dos controles sociais por parte do Estado, assim como o papel-modelo do criminoso que naquelas localidades adquire um status.

A Teoria do Rótulo postula que determinados comportamentos são considerados desviantes, e aqueles sujeitos/as que apresentam tais comportamentos são rotulados como criminosos. Ratton (2014) destaca que um comportamento desviante primário pode levar a um desvio secundário, assim, um sujeito pode ficar estigmatizado socialmente e continuar a cometer novos crimes. Mas vale ressaltar que nem todos aqueles que cometem crimes são rotulados, em geral, os rótulos estigmatizantes em geral atingem jovens das classes sociais economicamente menos favorecidas.

Pode-se perceber que a violência e o crime estão correlacionados a diversas questões sociais. Destaque para os fatores econômicos e culturais que as teorias suscitam em suas explicações sobre a violência e o crime na sociedade. Ratton nos lembra de que as relações de pobreza e desigualdade social não podem ser tratadas de forma homogênea, assim:

A compreensão sociológica das complexas relações entre variáveis socioeconômicas e crime deve levar em conta que, no nível dos fatores de natureza socioeconômica, há mecanismos atuando em diferentes direções e que as variáveis estruturais podem ser tanto propulsoras quanto redutoras da criminalidade (RATTON, 2014, p. 602).

Os fatores socioeconômicos devem ser levados em consideração quando se busca compreender o crime, mas não se devem aderir tais fatores como determinante, logo, os sujeitos/as que moram em localidades onde a pobreza e a desigualdade social atravessam suas experiências e vivências não possuem uma tendência “inata” para comportamentos criminosos e violentos. Outra questão que devemos nos ater enquanto pesquisadores sociais estão ligados aos cenários sociais que envolvem os diversos tipos de violência que devem ser levados em consideração quando se busca analisar o fenômeno violência-crime na sociedade.

Dito isto e observando os espaços sociais, assim como as construções históricas do nordeste brasileiro, ao buscarmos visualizar, em específico, os crimes ocorridos com pessoas LGBTs, observamos que valores sociais inerentes à construção social do território nordestino, tais como, a hipermasculinidade e hipervirilidade masculina, que de modo “imaginário” aloca o homem como ser responsável pela manutenção econômica da família, e que deve manter seu status sem qualquer sombra que ameace sua masculinidade, podem ser um itinerário para analisar os crimes contra pessoas LGBTs, já que tais sujeitos/as ao saírem dos padrões sociais constituídos para homens e mulheres (biologicamente falando) estão “afrontando” e (des/re)construindo esse imaginário social. Tais crimes denominados como crimes homofóbicos tem sido alvo de diversas investigações, nesse sentido delineamos a seguir uma breve discursão sobre o assunto, homofobia.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

2 - HOMOFOBIA

Para além dessas explicações teóricas que buscam entender como o fenômeno social violência-crime acontece, voltamos nossos olhares para uma forma específica de violência, que pode ou não culminar em violências físicas, ou seja, o assassinato de pessoas LGBTs, ou até mesmo outros tipos de violência simbólica ou psicológica, entre outras.

A homofobia é um tipo de violência que atinge os/as sujeitos/as que fogem as normas e regulações sociais construídas para o sexo. Para Borrillo:

A homofobia pode ser definida como a hostilidade geral, psicológica e social contra aquelas e aqueles que, supostamente, sentem desejo ou têm práticas sexuais com indivíduos de seu próprio sexo. Forma específica de sexismo, a homofobia rejeita, igualmente, todos aqueles que não se conformam com o papel predeterminado para seu sexo biológico. Construção ideológica que consiste na promoção constante de uma forma de sexualidade (hetero) em detrimento de outra (homo), a homofobia organiza uma hierarquização das sexualidades e dessa postura, extrai consequências políticas (BORRILLO, 2010, p. 34).

Para Colling e Nogueira (2015, p. 175) o termo homofobia, em geral, é utilizado “para descrever qualquer atitude e/ou comportamento de repulsa, medo ou preconceito contra os homossexuais.”. A violência homofóbica atinge tanto os sujeitos/as e populações LGBTs, como também os heterossexuais. Um exemplo foi o espancamento sofrido por pai e filho no município de São João da Boa Vista-SP, onde um grupo atacou os dois por acharem que eles eram um casal homossexual³⁵². Mas, a homofobia continua atingindo os LGBTs no Brasil de modo preocupante e assustador, segundo Mott:

Hoje no Brasil, a cada 27 horas um gay, travesti, transexual ou lésbica é brutalmente assassinado, vítima da homofobia – ódio à homossexualidade. Nosso país é campeão mundial nestes crimes: nas últimas três décadas, 4.648 homicídios foram documentados. Metade dos assassinatos registrados ao redor do mundo ocorre em nosso país. Matam-se muitíssimo mais LGBTs no Brasil do que nos 78 países onde ser gay ainda é crime (MOTT, 2015).

A apresentação desses números traduz a realidade que envolve a violência física que culmina na morte de LGBTs, mas como lembra Colling e Nogueira (2015) para além das agressões físicas (que podem ou não culminar na morte) há violências verbais, psicológicas e simbólicas. A homofobia está inserida tanto no campo do social, como no campo do individual, estando sempre esses campos sempre em interação. Borrillo (2010) vai subdividir o conceito de homofobia em:

(01) Homofobia Irracional – que está ligada a um sentimento de medo, aversão e repulsa aos LGBTs, sendo está mais aproximada ao tipo fóbico, que tem suas origens nos conflitos individuais.

³⁵² Para maiores informações sobre o crime ver matéria em:

<<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/pai-e-filho-sao-espancados-apos-se-abracarem>>;

<<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/07/19/confundidos-com-casal-gay-pai-e-filho-sao-agredidos-no-interior-de-sp-homem-perdeu-parte-da-orelha.htm>>;

<<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/07/pai-abraca-filho-e-e-agredido-por-homofobicos-em-sp.html>>.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

(02) Homofobia Cognitiva – que é ligada aos aspectos sociais que buscam legitimar a dicotomia homo/hetero na sociedade, sendo que há uma supressão de direitos para com os sujeitos/as LGBTs e ninguém fica indignado com tal situação.

(03) Homofobia Geral –queabrange as hostilidades contra os/as sujeitos/as que se contrapõem aos comportamentos e papéis sociosexuais pré-estabelecidos. Nesse sentido temos aqui uma aversão à introdução/corporificação de comportamentos ou dos símbolos do sexo oposto.

(04) Homofobia Especifica – que acontece quando há um direcionamento dessas hostilidades para um determinado sujeito LGBT.

Como pode ser percebido, quando buscamos discutir e pensar o conceito de homofobia nos deparamos com uma série de possibilidades para analisar o termo, principalmente no que tange as questões de ordem prática. As práticas homofóbicas estão instauradas na sociedade brasileira, assim podemos pensar em uma homofobia institucionalizada, nas repartições públicas, nos hospitais, nas universidades, nas escolas, etc., Sobre as práticas homofóbicas institucionalizadas podemos dizer que estás por vezes não ocorrem “escancaradamente”, mas sim, de modo maquiado e sutil. Nesse sentido, podemos pensar como ocorrem as primeiras formas de (aprendizado da) homofobia institucionalizada na sociedade brasileira, estamos então a falar da escola.

3 - HOMOFOBIA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Ao discutirmos sobre sexo, sexualidade e gênero na escola estamos a falar/pensar sobre as *pedagogias da sexualidade* (LOURO, 2000), ou seja, das formas como se aprende e se ensina a sexualidade nesse espaço de sociabilidade.

Entendo que há um ensino-aprendizado sobre tais questões dentro dos muros da escola, tal afirmativa surge tanto de um olhar sobre a literatura existente, como também pelas minhas experiências e vivências nesse espaço. Uma breve incursão autobiográfica nesse momento faz-se necessário.

Durante a 2ª série do ensino básico, lembro vivamente, recém-chegado na “escolinha” aconteceu um evento que movimentou toda a escola e turmas, as professoras perguntaram quem queria participar das diversas atividades, entre elas a dança. Fiquei muito feliz, afinal, dançar era algo que me fazia ficar bem (sem contar que eu arrasava), sendo assim, disse que iria dançar. O CD escolhido foi do Grupo de Axé É o Tchan (na selva). Apresentação feita, pátio da escola lotado, e eu dançando, como diziam, “mais que as meninas” (lógico). Após esse dia fiquei conhecido como o Viadinho da escola, não sabia o que era ser viado, mas pelo que percebia era algo ruim, pois alguns meninos mais velhos se dirigiam até a mim com um ar de fúria,



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

tinha muito medo, pois pensava que eu iria ser agredido. Lembro-me das professoras, que presenciavam essas cenas, mas, faziam a Kátia (cega), nunca havia uma repreensão sobre aquelas atitudes. O pior era os horários de entrada e saída da escola, tinha muito medo que minha mãe presenciasse tais cenas, e quando por algum motivo ela aparecia de supetão! Pronto, a angústia e o medo tomavam de conta daquele corpo magrelo.

Essa breve memória pode nos ajudar (e me ajudar) a entrelaçar os conhecimentos científicos produzidos sobre Homofobia na Escola, e minhas leituras sociais sobre o tema, uma vez que, a tal leitura de mundo parte da interação do eu com o mundo, através dos processos de subjetivação, que foram, são e continuaram sendo construídas em processos históricos e sociais, sempre imprevisíveis e afixos.

O enunciado *Viado/Viadinho* que tantas vezes escutei em minha trajetória escolar, e ainda continuo a escutar, anuncia que naquele corpo masculino há algo errado, algo estranho, que foge as (hetero)normas sociais. Então na escola a criança (que não chega nesse espaço como um “papel em branco”) vai construir um “[...] “sistema interno de regras de gênero” a partir de sua experiência e das representações disponíveis na cultura em que está inserida. Através da linguagem escrita e falada e das imagens lingüísticas e não-lingüísticas com as quais interage, a criança aprende as expectativas para seu comportamento.” (SOUZA, 2006, p. 172). Nesse sentido, eu fui aprendendo que: dançar mais que as meninas não algo “bonito” para um menino; que não gostar de jogar futebol e amar jogar queimada com as meninas era uma coisa errada, tanto que esse problema com o esporte se alongou até o ensino fundamental e médio; que ter a caligrafia mais bonita (babado) da sala não era coisa de menino, pois quem tem a letra bonita são as meninas. Assim, no âmbito da cultura escolar no qual fui inserido as representações para o que era adequado ao meu corpo, estavam socialmente correlacionadas ao masculino, e que era um problema, eu desejar e corporificar as representações do feminino em meus gostos e comportamentos.

A homofobia, a rejeição daqueles/as que não se comportam de acordo com seu sexo, é algo aprendido (nos olhares tortos, nos silenciamentos, nos xigamentos) desde cedo no âmbito escolar. Devemos lembrar que:

Ao longo de sua história, a escola brasileira estruturou-se a partir de pressupostos fortemente tributários de um conjunto dinâmico de valores, normas e crenças responsável por reduzir à figura do “outro” (considerado “estranho”, “inferior”, “pecador”, “doente”, “pervertido”, “criminoso” ou “contagioso”) todos aqueles e aquelas que não se sintonizassem com o único componente valorizado pela heteronormatividade e pelos arsenais multifariamente a ela ligados – centrados no adulto, masculino, branco, heterossexual, burguês, física e mentalmente “normal” (JUNQUEIRA, 2009, p. 14).

Estamos falando assim de um espaço que serve de aprendizagem para a heteronormatividade, que de acordo com Colling e Nogueira (2015, p. 182) pode ser compreendida



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

como a invisibilidade de erotização das homossexualidades, assim “dois homens podem aparecer como parceiros, mas esse vínculo não pode ser erotizado/sexualizado[logo, os homossexuais devem] organizar a sua vida conforme a heteronormatividade, os homossexuais devem fazer tudo que um heterossexual faz.”.

As passagens textuais nos possibilita pensar sobre as normas para os corpos masculinos e femininos, em relação ao sexo, a sexualidade e ao gênero, e como estes são norteados por uma heteronormatividade que atinge a vida de todos/as pessoas independente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Portanto, podemos pensar a homofobia presente no espaço escolar, como um meio estratégico para legitimar a heteronormatividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visualizando as teorias para explicação do crime na sociedade podemos perceber-se que a violência/crime está correlacionada a diversos fatores sociais, destaque para os fatores econômicos, mas, mesmo as teorias de modo mais ou menos enfático valendo-se desse marcador social, ressaltar-se que as desigualdades sociais e a pobreza não são o fator determinante para o crime. Tal proposição nos leva a pensar os crimes motivados pela homofobia deve ser observado por um recorte de classe, uma vez que, a grande maioria dos crimes que resultaram em lesões corporais e assassinatos no Brasil, aconteceu com LGBTs das classes sociais menos desfavorecidas, mas também outros marcadores devem adentrar nessas observações.

Peço licença ao leitor para apresentar uma citação mais alongada, estando está contida nas considerações finais do Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil (2012), desenvolvido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania, onde reconhece que:

[...] a homolesbo-transfobia [nesse estudo tratada como homofobia] é estrutural no Brasil, isto é, operam de forma a desumanizar as expressões de sexualidade divergentes da heterossexual, atingindo a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em todos os níveis e podendo ser encontrada nos mais diversos espaços, desde os institucionais até o nível familiar. Concluímos que muitas instituições e segmentos da sociedade brasileira desumanizam a população LGBT, ou seja, entendem essa população como pecadores, criminosos ou doentes que precisam ser “corrigidos” ou, até mesmo, exterminados para que não “contaminem” o restante da sociedade.

Neste sentido, consideramos que a violência contra a população LGBT no Brasil ainda existe em níveis alarmantes, o que exige que os governos Federal, estaduais, Distrital e municipais desenvolvam políticas públicas eficazes e articuladas para o enfrentamento dessa violência. A diferença não pode ser justificativa para a violência, muito menos conceitos como “relações naturais” podem justificar a existências de grupos especializados em crimes de ódio contra a população LGBT (BRASIL, 2012, p. 93).

Esse reconhecimento por parte do Estado em relação à homofobia como uma questão estrutural na sociedade brasileira é um dos primeiros passos para pensarmos nas formas de



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

enfrentamento desse problema social. Ressaltei no texto 2 que as práticas homofóbicas estão instauradas no Brasil e como dito por Junqueira (2009) a escola brasileira tem seu aporte em valores, normas e crenças heteronormativas, onde se instaura uma pedagogia da sexualidade, que, como expressado por Louro (2000) vai ensinar aos meninos e meninas como estes devem se comportar a partir das construções sociais delineadas para seus sexos biológicos.

(Re)pensar os modos de fazer educação em uma sociedade cada mais plural e múltipla constitui-se num desafio para todos, Estado e Sociedade Civil. Colocar em pauta a discursão sobre a homofobia e suas diversas faces (BORRILLO, 2010) dentro dos muros da escola requer um remanejamento desse diálogo sobre o sexo, a sexualidade e o gênero. Remanejar esses temas para o campo da filosofia, sociologia e história nas escolas é uma forma de enfrentamento estratégico, uma vez que, através desses campos do conhecimento pode-se entender que as múltiplas formas de expressão da sexualidade humana, não esta pautada numa naturalização do sexo.

Portanto, acredito que o espaço escolar pode tanto ser um espaço de reprodução das normas e regulações histórico e socialmente construído para os sexos, como também um espaço estratégico para a desconstrução dessas naturalizações. Esse processo de ensino-aprendizado de uma sexualidade múltipla com base no respeito à dignidade humana, pode ajudar a combater os altos índices de crimes contra LGBTs no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Para além dos livros e artigos, esse estudo emerge das experiências e trocas de conhecimentos com os outros. Os outros, que ora atuam como discente, ora como amigo/a, ora carrasco/a... É nessas diversas facetas do cotidiano que as ideias para os diversos textos e análises sociais vão surgindo, através do diálogo, do sorriso, dos olhares tortos e virados. Obrigado, Jarles Lopes, Allana Lacerda, Cícero Edinaldo e Jéssica Diniz por me proporcionarem um espetáculo de vida diariamente.

REFERÊNCIAS

BORRILLO, D. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil (2012)**. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>>. Acesso em: 01 Maio 2016.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

COLLING, L.; NOGUEIRA, G. Relacionados mas diferentes: sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. In: RODRIGUES, A.; DALLAPICULA, C.; FERREIRA, S. R. S. (Orgs.). **Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação**. Vitória: EDUFES, 2015.

ESCOBAR, A. S. Sociedade e violência. In: LEAL, C. B.; PIEDADE JÚNIOR, H. (Orgs.). **Violência e vitimização: a face sombria do cotidiano**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

GOMES FILHO, A. S. et al. "MENINAS PARA UM LADO, MENINOS PARA O OUTRO": QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA. In: **Anais do XV Encontro de Pós-graduação e Pesquisa da Universidade de Fortaleza-UNIFOR**. 2015.

GOMES FILHO, A. S.; JUCÁ, G. N. M. TRAVESTILIDADES: problematizações na pesquisa científica em educação e religiosidade. In: **Anais do IX Encontro Maranhense de História da Educação**. São Luis-MA: EDUFMA, 2016.

GOMES FILHO, A. S.; MEDEIROS, J. L.; JUCÁ, G. N. M. EDUCAÇÃO, CORPOS E TRAVESTILIDADES: PELOS (DES)CAMINHOS DA NORMA SOCIAL. In: SILVA, M. F.; ARAÚJO, O. H. (Orgs.). **A educação sob a ótica da transdisciplinaridade**. João Pessoa: Ideia, 2015.

JOSSO, M-C. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

JUNQUEIRA, R. D. Introdução: Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOURO, G. L. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

MOTT, L. Ainda a barbárie. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, 2015.

RATTON, J. L. Pobreza desigualdade, estrutura social e crime. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

SOUZA, E. R. Marcadores sociais da diferença e infância: relações de poder no contexto escolar. In: **Cadernos Pagu**. n. 26. 2006. p. 169-199.